

Cultura letrada na virada para os oitocentos: livros à venda em São Luís do Maranhão**MARCELO CHECHE GALVES***

As diretrizes da política portuguesa do final do setecentos, cujos parâmetros remontam ao consulado pombalino, estavam fundamentadas na premissa do conhecimento como condição para o desenvolvimento das potencialidades do Império português, vislumbrada, com intensidades variáveis, em práticas dos períodos mariano e joanino¹. Osvaldo Munteal Filho (2001: 34) sistematizou as coordenadas que balizaram a política portuguesa a partir de meados dos setecentos:

1 - A ruptura com o isolamento cultural tendencialmente secular dos portugueses relativamente à Europa da alta cultura e da ciência moderna.

2 - A cultura científica propriamente dita da ilustração pós-pombalina e as suas linhas de força.

3 - A política fomentista que tudo ancorava e inspirava no campo do pensamento e da ação do Estado luso.

A criação de academias e a difusão de impressos que visavam integrar os representantes da intelectualidade luso-brasileira foram medidas tomadas em direção ao racionalismo, no sentido de fomento a uma cultura científica, capaz de reorganizar as diretrizes da exploração colonial. Importante frisar que essa relação entre conhecimento científico e desenvolvimento econômico não implicava alterações no que respeitava à inexistência de debates políticos, limitados pelo controle das tipografias² e do acesso aos livros³, e pela notória ausência de uma esfera pública para tais⁴.

* Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor Adjunto II do Departamento de História e Geografia da Universidade Estadual do Maranhão. Coordenador do projeto *Posse, comércio e circulação de impressos na cidade de São Luís (1800-1834)*, financiado pela CAPES e pelo CNPq.

¹ É conhecida a compreensão de Fernando Novais (2001: 132) quanto às persistências e desdobramentos da política pombalina, até a crise final do Antigo Regime português. Para Lilia Schwarcz (2002: 154), o período mariano foi marcado por um ambiente intelectual hostil ao legado pombalino, ao mesmo tempo em que lhe era tributário. Para uma discussão historiográfica sobre “luzes e sombras” no período mariano, ver Diogo Ramada Curto (1999: 15-49).

² Para Sandra Ataíde Lobo (2002: 75-105), a ação da censura contra as tipografias em Portugal, no início dos oitocentos, provocou o surgimento de uma imprensa de emigração, com a difusão de jornais portugueses editados em Londres e Paris.

³ Para as ações do governo português relacionadas ao controle sobre a posse e a circulação de livros no Império, ver Leila Mezan Algranti (2004).

⁴ Diogo Ramada Curto (1999: 40) observou a ausência de uma imprensa política em Portugal na virada para os oitocentos, “à exceção da Gazeta de Lisboa”. O mesmo autor, valendo-se do historiador português Luz Soriano, afirma que somente a partir dos tumultos de julho de 1803 pôde-se observar “provavelmente a primeira tentativa pública ou reação política, destinada a conseguir alguma modificação liberal no sistema de governo existente por então” (1999: 43).

Experiências como a Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801) compuseram os esforços para se mapear o Império português e explorá-lo a partir de outras bases⁵. Tratava-se agora, segundo Robert Wegner (2004: 135), de redirecionar o papel do Estado, “de agente econômico e político para o de agente cultural ou mesmo pedagógico. A divulgação científica poderia levar à implantação de novas técnicas e até incentivar seu aperfeiçoamento e sua adaptação às condições locais”.

Na virada para os oitocentos, dois personagens ocuparam lugar de destaque nesse redirecionamento: D. Rodrigo de Sousa Coutinho e o frei José Mariano da Conceição Veloso⁶. À época Ministro da Marinha e do Ultramar, Coutinho era um entusiasta das novidades científicas do tempo, especialmente aquelas aplicáveis ao Império português, pensado a partir do que Diogo Ramada Curto (1999: 26) definiu como “uma cultura política que concebe os domínios portugueses na Europa, Ásia, África e em especial o Brasil, como uma unidade, um ‘sistema político’, no qual o Reino é apenas ‘a capital e o centro’”.

A importância que atribuía ao Brasil fez com que Coutinho buscasse integrar os letrados desse lado do Atlântico aos projetos do Império português; ao mesmo tempo, vivia o desafio dessa integração, ainda impactada pelas insatisfações, recentemente transformadas em rebelião, com a Inconfidência Mineira. Dentre os “brasileiros” que estiveram ao lado de Coutinho, destaca-se o frei Veloso, nascido em Minas Gerais e posteriormente reconhecido como “um dos principais nomes da ciência e da tecnologia do império português entre o final do Setecentos e o início do século XIX” (LUNA: 2009, p. 147).

Veloso dirigiu a Casa Literária do Arco do Cego no período de pouco mais de dois anos em que esteve em funcionamento, entre os anos de 1799 e 1801. Antes, entre 1797 e 1798, fora incumbido por Coutinho de compilar e traduzir para a língua portuguesa memórias que visassem melhoramentos, especialmente para os “estabelecimentos do Brasil” (LEME, 1999: 79). O sucesso em tal empreitada parece tê-lo habilitado ao posto de diretor do Arco do Cego. Ao longo desses anos, participou, direta ou indiretamente, da impressão de 140

⁵ Maria Odila da Silva Dias (1968: 112) compreendeu a ação da coroa portuguesa de publicar memórias a partir de 1770, principalmente ligadas às ciências naturais, como “fruto de uma política consciente e preocupada em fomentar a produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal”.

⁶ Nascido em Minas Gerais, Veloso transferiu-se para Portugal em 1790, com o objetivo de publicar a *Flora Fluminense*, resultado de pesquisas realizadas entre os anos de 1783 e 1790 sobre a flora da capitania do Rio de Janeiro. Contudo, e talvez pelos custos da impressão, esse projeto de publicação fracassou, e os diversos volumes da obra só foram impressos a partir de 1825, catorze anos após a sua morte.

publicações - antes e depois da Casa Literária do Arco do Cego⁷ - sistematizadas sob a organização de Fernanda Maria Guedes de Campos (1999), na edição comemorativa dos 200 anos de criação da Casa. Na mesma edição, Manuela Domingos (1999: 106) realizou um balanço das atividades da Casa Literária do Arco do Cego e definiu sua contribuição:

(...) trouxe temas do Brasil à primeira linha das preocupações culturais da metrópole, forneceu instrumentos de trabalho para o futuro; implantou um bem civilizacional novo, com a expansão até então nunca vista, da divulgação viva, pelo auxílio inestimável da imagem, verdadeira marca desses tempos e dos vindouros.
(grifo meu)

Mais do que “trazer temas do Brasil”, essa experiência literária abriu novas possibilidades para os letrados nascidos no Brasil – o próprio frei Veloso, lembre-se, nascera em Minas Gerais. Nesse sentido, Maria Odila da Silva Dias (1968: 115), três décadas antes, já chamava a atenção para a similitude das atitudes relativas ao conhecimento nos dois lados do Atlântico, observando que os estudiosos brasileiros do final do século XVIII, muitos deles egressos de Coimbra, imbuíram-se do mesmo estado de espírito, participando do novo momento da política colonial portuguesa: “o fomento e a difusão dos estudos naturais na colônia, até então tidos como ‘suspeitos e ignóbeis’, constituía fenômeno inteiramente revolucionário, se o confrontamos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento”.

A cidade de São Luís, sede administrativa da capitania do Maranhão e Piauí, não viveu a experiência de academias ou sociedades literárias no período em questão, tampouco foi possível perceber a integração dos letrados maranhenses a projetos luso-brasileiros de desenvolvimento das potencialidades da capitania. Na relação das publicações vinculadas à Casa Literária do Arco do Cego – muitas delas de autoria de letrados nascidos no Brasil - não encontrei autores maranhenses ou estudos sobre o Maranhão, ausência sintomática, embora existisse um número significativo de maranhenses freqüentando academias portuguesas e as cadeiras da reformada Universidade de Coimbra⁸.

⁷ Desse total, 83 títulos foram impressos na Oficina do Arco do Cego, entre 1799 e 1801. Os demais títulos, impressos em outras tipografias, compuseram de algum modo o projeto de divulgação científica, capitaneado especialmente por Rodrigo de Sousa Coutinho e pelo frei José Mariano da Conceição Veloso, antes e após a experiência do Arco do Cego.

⁸ Entre 1772 e 1825, 40 maranhenses freqüentaram a Universidade de Coimbra. Ver *Estudantes da Universidade de Coimbra 1772-1872*. AN, Seção de Obras Raras. Uma relação com os estudantes maranhenses pode ser consultada em Marcelo Cheche Galves (2010: 344).

Contudo, a venda de livros na Casa do Correio na cidade de São Luís, objeto principal deste texto, aponta para outra forma de integração, realizada por intermédio da difusão dos conhecimentos sistematizados e publicados naquele momento.

Em 28 de julho de 1798, o governador do Maranhão D. Fernando Antonio Soares de Noronha informava ao Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho que fizera repartir entre os habitantes do Maranhão noventa exemplares trazendo instruções sobre a cultura e a manipulação do açúcar. A iniciativa parecia nova, bem como o contato entre as duas autoridades. Governando o Maranhão desde 1792, Noronha registrou ser aquela a primeira vez que se dirigia a Coutinho, no cargo desde 1795, razão pela qual aproveitava para manifestar sua admiração pelo Ministro (*Ofício do governador...*, AHU, D. 8019)⁹.

Poucos dias depois, Noronha fora substituído por Diogo de Sousa, que tomou posse em 3 de outubro de 1798. Formado em Filosofia e Matemática pela Universidade de Coimbra, Diogo de Sousa tinha o perfil acadêmico característico dos homens escolhidos por Coutinho para ocuparem postos no ultramar. O intuito era reorganizar a condução do Império português, especialmente na América.

A partir de então, se intensifica a troca de correspondência entre o Ministro e o Governador, incluindo aquela que orientava a distribuição e venda de impressos na capitania. É importante observar que essa intensificação da comunicação entre as autoridades pertencia a um momento em que também se criava e regulamentava o serviço de Correios para as capitanias do Brasil, por intermédio do Alvará Régio de 20 de fevereiro de 1798. Pelo mesmo Alvará, determinava-se a autoridade da Repartição da Marinha e do Ultramar sobre tais serviços – lembre-se que tal órgão era comandado por Rodrigo Coutinho.

Em fevereiro de 1799, Coutinho informou ao novo governador que enviara 80 exemplares do *Mercúrio Britânico*¹⁰, para serem vendidos a 300 réis, “na casa do Correio

⁹ No dia seguinte, Noronha enviou ofício a Coutinho sobre a experiência de se plantar canela na capitania do Maranhão (*Ofício...*, AHU, D. 8023).

¹⁰ O *Mercúrio Britânico* já era comercializado na capitania. Em 1795, João Baptista Reycend, conhecido mercador de livros radicado em Portugal, informava o envio para São Luís de “vários exemplares do *Mercúrio* desta Corte tanto do ano passado como deste” (ANTT, RMC, caixa 159).

desta cidade”¹¹. Note-se aqui a convergência entre uma política de difusão do conhecimento, a nomeação de um novo governador (afinado com essa política) e a criação de um espaço público reservado a duas novidades: o envio / recebimento de correspondências regulares e a venda de impressos. Registre-se ainda que na mesma remessa do *Mercúrio Britânico*, chegaram 25 exemplares da *Memória sobre a plantação dos algodões*¹², para serem vendidos a 120 réis, e 90 exemplares do segundo tomo de *O Fazendeiro do Brasil*¹³, ao preço de 1.000 réis – ambos impressos em 1798, o que revela a celeridade da difusão.

Também por outros indícios, é possível apontar o início de 1799 como o momento em que a Casa do Correio passa a funcionar como local para a venda de livros. No primeiro esboço de prestação de contas dos impressos vendidos, enviado por Diogo de Sousa a Rodrigo Coutinho em 19 de junho de 1800, consta a informação de que se refere ao período “de 20 de fevereiro a 26 de dezembro de 1799” (*Ofício...*, AHU, D. 8.698).

Quatro meses depois, o governador Diogo de Sousa encaminhou a Rodrigo Coutinho informações mais detalhadas sobre o montante dos impressos vendidos (*Ofício...*, AHU, D. 8.799). O quadro a seguir aproxima as informações sobre recebimento e venda de impressos pela Casa do Correio para o ano de 1799:

1. Contabilidade da venda de livros da Casa do Correio – 1799

Título	Ano de publicação	Recebidos	Vendidos	Preço unitário (em réis)
O Fazendeiro do Brasil (l)	1798	190 ¹⁴	10 ¹⁵	1.000
Memória sobre a plantação de algodões (f)	1798	75	5	120
Memória sobre a caneleira (f)	1797	50	1	80
Memórias e extratos sobre a pipereira negra (f)	1798	200	3	160

¹¹ Optei por atualizar a ortografia das citações.

¹² Escrito por José de Sá Betencourt, essa referência consta na edição comemorativa já citada, sendo classificada como parte da produção impressa sob a influência daqueles que posteriormente criaram a Casa Literária do Arco do Cego. Ver Fernanda Maria Guedes de Campos (1999: 199).

¹³ Série de dez volumes de autoria do frei José Mariano da Conceição Veloso, impressos entre 1798 e 1806. Ver Fernanda Maria Guedes de Campos (1999: 234).

¹⁴ Noventa exemplares do tomo 2; 50 exemplares do tomo 1, parte 1, com estampas; e 50 exemplares do tomo 2, parte 1, com estampas iluminadas.

¹⁵ Não há informações sobre quais tomos foram vendidos.

Memória sobre a cultura do loureiro cinamomo (f)	1798	100	4	160
Memória sobre o método econômico de transportar para Portugal a aguardente do Brasil (f)	1798	20	2	160
Extrato sobre o método de se preparar a potassa (f)	1798	100	3	160
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre (f)	1798	200	3	200
Instrução sobre a combustão de vegetais (f)	Título não localizado	50	3	160
Alographia dos alkalis fixos vegetal ou potassa, mineral ou soda. Com Estampas Iluminadas (l)	1798	12	3	2000
Alographia... Com estampas em preto (l)	1798	36	1	1600
De Rebus Rusticis Brasilicis (l)	1798	10	3	960
Cursos de estudos do comércio e fazenda (l)	1798	10	1	1200
Total		1053	42	

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, documentos 8.698 e 8799.

Legenda: (f) folheto, (l) livro.

Assim como os já citados *Memória sobre a plantação dos algodões* e *O Fazendeiro do Brasil*, todos os títulos relacionados – exceto a *Instrução sobre a combustão de vegetais* – constam no Catálogo Comemorativo do Bicentenário do Arco do Cego¹⁶ pelo critério de impressões realizadas sob a sua influência – lembro que as impressões na Oficina do Arco do Cego só tiveram início em 1799¹⁷. Note-se também que todas as publicações localizadas datam de 1798, exceto a *Memória da Caneleira*, de 1797, o que reforça a atualidade dos impressos disponibilizados e o desejo de que efetivamente circulassem¹⁸.

¹⁶ As referências completas, acompanhadas de uma cópia do frontispício de todas essas publicações, podem ser consultadas no referido catálogo (CAMPOS, 1999: 199-233). A exceção fica por conta do título registrado como *Instrução sobre combustão dos vegetais*, sobre o qual não obtive qualquer informação.

¹⁷ Manuela Domingos (1999: 96) observa que somente a partir de outubro de 1800 as publicações passaram a ser exclusivamente impressas na Oficina do Arco do Cego.

¹⁸ Lembre-se, também, que esses foram os anos em que Veloso compilou e traduziu diversas obras relacionadas ao Brasil. Cf. Margarida Leme (1999: 79).

Dentre os títulos, cabe ressaltar o predomínio daqueles voltados para os saberes ligados à agricultura, forma de “levar as idéias fisiocráticas às colônias e difundir as luzes das ciências” (LUNA, 2009: 147). Dentre os títulos escolhidos para serem remetidos ao Maranhão, além de compêndios sobre a atividade agrícola – casos de *De Rebus Rusticis* (traduzido por Veloso) e de *O Fazendeiro do Brasil*, de autoria do próprio Veloso -, chama à atenção a mescla entre impressos referentes a produtos já estabelecidos na capitania, como o algodão e a cana-de-açúcar, e aqueles voltados para culturas novas, e talvez promissoras, como a pimenta da índia (*pipereira negra*) e a canela (*loureiro cinamomo*). De modo perspicaz, Robert Wegner (2004: 133) captou esse movimento de apoio a culturas já conhecidas e de incentivo a novas culturas, a partir do subtítulo de *O Fazendeiro do Brasil*, onde pode se ler: “melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros, que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe são próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assunto”.

Aos gêneros “que se podem introduzir” eram reservados, ainda, a prática de “repartir entre os habitantes” instruções sobre o seu cultivo. Mecanismo já observado aqui para o ano de 1798 e que continuou a existir, paralelamente à venda dos impressos: em dezembro de 1800, Diogo de Sousa informava a Rodrigo Coutinho, que cumprira suas ordens ao repartir os quatro exemplares da *Instrução sobre a cultura das batatas*¹⁹, entre as pessoas que lhe pareceram “mais aplicadas à agricultura” (*Ofício...*, AHU, D. 8832).

É importante ressaltar que, inicialmente preocupado com a defesa do território, Portugal redimensionou a importância da região a partir da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755²⁰. Desde então, o incremento das lavouras de arroz e de algodão, e a utilização em larga escala de escravos africanos, inseriu mais efetivamente a economia maranhense no mercado atlântico, situação não alterada com a extinção da Companhia, em 1778, e intensificada, três décadas depois, com a “Abertura dos Portos”. Em 1813, o lavrador Raimundo José de Sousa Gaioso registrou esse crescimento, abarcando o período aqui analisado:

¹⁹ Trata-se de obra traduzida do inglês e impressa pela Oficina do Arco do Cego no mesmo ano de 1800 (CAMPOS, 1999: 169).

²⁰ No ano de 1751, D. José I transferiu a capital do Estado de São Luís para Belém, passando o mesmo a ser denominado de Estado do Grão-Pará e Maranhão. Posteriormente, em 1772, aconteceu uma nova divisão em dois Estados: o Estado do Maranhão e Piauí, com sede em São Luís, e o Estado do Grão-Pará e Rio Negro, com sede em Belém.

2. Arrobas de arroz e algodão exportadas pelo Maranhão (1771-1810)

Exportação / Ano	1771	1783	1810
Arrobas de Algodão	4.055	49.756	285.863
Arrobas de Arroz	2.847	16.451	254.073

De volta ao subtítulo citado por Wegner (2004), saliento a questão das “fábricas” e do “melhor que se tem escrito a este assunto”. A política de impressão dirigida por Veloso dedicava-se também a outros campos de conhecimento, para além da agricultura. Ivana Veraldo (2005: 11), numa tentativa de catalogar os impressos enviados para a capitania de São Paulo no mesmo momento, classificou-os em *Botânica* (maior parte); *Mineralogia e Química*; *Animais*; *Medicina*; *História*; *Matemática*; *Engenharia e Arquitetura*; *Administração e Comércio*; *Religião*; e *Miscelânea*.

Menos diversa, essa primeira remessa enviada ao Maranhão resumia-se, praticamente, a títulos sobre Agricultura (ou Botânica) e a Mineralogia e Química, áreas de grande interesse de Veloso, tradutor, por exemplo, da *Alographia dos alkalis*, obra de fôlego que reuniu textos de referência de dezenas de autores europeus,

para tratar do conhecimento científico e tecnológico necessário à fabricação do carbonato de potássio, conhecido como potassa. A intenção era disponibilizar um manual completo, suficiente para explicar aos leitores brasileiros as operações básicas para o aprimoramento das atividades da incipiente produção industrial (LUNA, 2009: 148).

Os três tomos²¹ da obra foram dedicados, respectivamente, a estudos sobre a potassa, a soda e o salitre – bases para a produção de vidro, adubo e pólvora, obtidas à época a partir da combustão de algumas plantas -, temas também presentes em outros títulos da remessa, igualmente traduzidos por Veloso. Lembre-se que a noção de “sistema político”, concebida por Coutinho para o Império português, trazia consigo certa crítica ao fiscalismo e à “agricultura extrativa” característicos da colonização portuguesa; ensejava também a perspectiva de uma riqueza nacional não apenas produzida, mas acumulada nas diversas partes do Império.

²¹ Fernando Luna (2009: 149) nos informa que “a seção final da *Alographia...*, denominada Flora Alográfica, não é mais uma tradução e sim um estudo de autoria do próprio Veloso”.

A quantidade de livros vendidos pode parecer pouco significativa, ou talvez os remetentes tenham superestimado a capacidade da capitania em absorver um montante que, somados os livros e folhetos, ultrapassava mil exemplares²², número elevado para uma sociedade historicamente marcada pelo acesso restrito à leitura e pouco afeita ao conhecimento técnico que agora se difundia.

Em capitanias mais populosas e articuladas à economia agroexportadora naquele momento, como Bahia e Pernambuco, a venda desses impressos parece ter sido maior. Robert Wegner (2004: 138) fez referência a notícias “de que, em 1799, foram vendidos 110 exemplares das Memórias sobre o açúcar entre agricultores da capitania de Pernambuco e 125 na Bahia”²³. Já a experiência com a venda desses impressos em São Paulo apresenta semelhanças com o Maranhão. Na contabilidade analisada por Ivana Veraldo (2005) para o ano de 1802, consta que dos 270 exemplares de *O Fazendeiro do Brasil*²⁴ enviados para a capitania, apenas 11 foram vendidos; noutro exemplo, dos 32 exemplares de *Cultura e opulência do Brasil* – obra rara de Antonil, reeditada por Veloso, ainda restavam 28²⁵.

Pode-se argumentar, em direção contrária, que existiam à época outras formas de acesso a livros e folhetos. A documentação da Real Mesa Censória, preservada pelo Arquivo Nacional da Torre do Tombo, revela a existência de, pelo menos, 21 remessas de impressos para o Maranhão no mesmo ano de 1799 (ANTT, RMC, caixa 159). Motivada por interesses variados – deslocamento de bibliotecas particulares, difusão de literatura religiosa entre os fiéis ou práticas comerciais que abrangiam um catálogo variado²⁶ -, essa movimentação compreendeu, além de folhinhas de reza, missais e jornais como o *Mercúrio*, a *Gazeta*

²² São poucas as informações sobre a população da capitania nesse momento. Em 1787, um estudo elaborado por José Telles da Silva (*Mappa das cidades...*) a calculou em pouco mais de 60.000 habitantes, dos quais 16.603 viveriam em São Luís. O mesmo autor calculou em menos de um terço a população branca da capitania.

²³ Para o mesmo período, Luiz Carlos Villalta (1999: 223) registra a remessa de títulos similares aos aqui apresentados, para a venda em Minas Gerais e Goiás.

²⁴ Maria Odila Silva Dias (1968: 120) observa que *O Fazendeiro do Brasil* foi sistematicamente enviado para as capitanias e seus exemplares “distribuídos entre os lavradores dos confins do sertão da colônia”. Manuela Domingos (1999: 97) registra a impressão de 9.500 exemplares dessa obra, entre junho de 1799 e julho de 1801.

²⁵ Robert Wegner (2004: 137-138) afirma que o governador da capitania de São Paulo, Antonio Manuel de Melo Castro e Mendonça, desanimado com a venda dos livros, sugeriu a Rodrigo Coutinho que fossem distribuídos gratuitamente e que o prejuízo fosse coberto pelo recém criado imposto do Subsídio Literário, cujo objetivo era o pagamento de professores.

²⁶ Prática suposta pelo elevado número de exemplares dos mesmos títulos, característica de algumas dessas remessas, além da recorrente presença dos mesmos destinatários, caso de Manoel Antonio Teixeira da Silva, cuja atuação mercantil ainda aguarda por estudos.

Portuguesa e o *Almocreve de Petas*, mais de 350 títulos, totalizando alguns milhares de exemplares.

Embora minoritários, alguns títulos sobre História Natural, Química e Agricultura constam nessas remessas, como as obras *Chymie*, de Antoine Forercroy; *Chimica*, de Antoine Baumé; *Éléments d'agriculture*²⁷, de Henri-Louis Duhamel; e o *Dictionnaire raisonné universel d'histoire naturelle*, de Valmont de Bomare – todas publicadas em francês. Cabe aqui reiterar a atuação do frei Veloso como tradutor e, também por esse viés, difusor do conhecimento em língua portuguesa. Segundo Alessandra Harden (2009: 134-135), Veloso traduziu, entre 1797 e 1805, pelo menos 20 obras, além de supervisionar a tradução de outras 30.

Acreditando no aumento das vendas, ou não, uma nova remessa de impressos para a venda na Casa do Correio chegou ao Maranhão em dezembro de 1800²⁸, composta por 19 títulos e 294 exemplares. Mais modesta, essa remessa trazia como novidade títulos impressos na Oficina do Arco do Cego naqueles dois anos, além de outros, publicados sob a sua influência, e também novos exemplares de títulos já enviados anteriormente.

3. Livros recebidos pela Casa do Correio em 1800

Título ²⁹	Ano de publicação	Recebidos	Preço unitário
<u>Considerações cândidas e imparciais sobre a natureza e o comércio do açúcar</u>	1800	40	1000
<u>História nova e completa da América</u>	1800	30	480

²⁷ Na solicitação feita a Real Mesa Censória, o título aparece apenas como *Agricultura*.

²⁸ Em 23 de outubro, o governador Diogo de Sousa acusava o recebimento da relação de livros, mas informava não tê-los recebido, situação contornada somente em 13 de dezembro, quando os livros efetivamente chegaram. Ver AHU, D. 8803 e 8850.

²⁹ Os títulos sublinhados indicam as impressões feitas pela Oficina do Arco do Cego (CAMPOS, 1999: 139-198); aqueles que não estão em negrito, mas possuem o ano de publicação, compõem o já citado *Catálogo* organizado por Fernanda Maria Guedes de Campos (1999: 199-243) pelo critério de publicações vinculadas de algum modo à experiência da Casa Literária do Arco do Cego; por fim, diferentemente da remessa anterior, não existe aqui a distinção entre livros e folhetos.

<u>Memória sobre a cultura e produtos da cana-de-açúcar</u>	1800	30	600
Cultura americana	1799	3	1800
A ciência das sombras relativas ao desenho	1799	6	960
Construção e análise de proposições geométricas (Arquitetura Naval)	1798	3	1200
Cálculo das pensões vitalícias	1797	3	1200
<u>Memória sobre a cultura dos algodoeiros</u>	1799	3	600
Gumas iluminadas (sic)	?	6	1200
Gumas pretas (sic)	?	6	800
<u>Arte de fazer a cola forte</u> ³⁰	1799	25	400
Manual do Mineralógico	1799	6	2400
Carta de massos ³¹ (sic)	Título não localizado	60	25
<u>Naturalista instruído</u>	1800	50	200
Helmintologia portuguesa	1799	3	1200
<u>Memória sobre os prejuízos causados pelas sepulturas dos cadáveres</u>	1800	25	150
Combustão dos vegetais	Título não localizado	12	60
Extrato acerca do método de se fazer nitrato de potassa ou salitre	1798	12	60
O Fazendeiro do Brasil, tomo 1, parte 2	1799	6	1600

Fontes: Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate, documentos 8803 e 8850.

Infelizmente, não localizei registros sobre a contabilidade dessa segunda remessa, tampouco outros registros que ofereçam mais subsídios sobre o conjunto dessa movimentação.

Para os limites desse trabalho, encaminho a conclusão enfatizando que a experiência da Casa Literária do Arco do Cego foi extinta pelo Decreto de 7 de dezembro de 1801, com

³⁰ Curiosamente, esse título foi impresso na Oficina do Arco do Cego, mas não consta no Catálogo de publicações aqui utilizado.

³¹ Possivelmente, cartas de jogar.

seu patrimônio e contabilidade³² incorporados à Imprensa Régia. Segundo Manuela Domingos (1999), que analisou a contabilidade do Arco do Cego, o projeto sempre foi deficitário³³ e se caracterizou por gastos excessivos, projetos inconclusos e desorganização contábil, problemas supridos pelos fartos recursos liberados sem maiores dificuldades, pelo Ministério da Marinha, chefiado por Rodrigo Coutinho. Referindo-se aos amplos poderes do frei Velozo e a pouca preocupação com as despesas acumuladas, concluiu que: “Em suma, tudo leva a crer que o equilíbrio financeiro não constituía preocupação para Frei Mariano, contrariamente ao que sempre aconteceu com a Imprensa Régia” (p. 102).

De fato, a venda de livros não parece ter sido a principal fonte de receita do Arco do Cego. A mesma Manuela Domingos (1999: 102) nos informa que os livros eram vendidos basicamente de duas maneiras: em uma loja em Lisboa, situada no Rocio; e por intermédio das remessas encaminhadas para o Brasil. Por esses dois mecanismos, foram arrecadados, até dezembro de 1801: 483\$590 e 805\$680 réis, respectivamente. Apenas para reiterar a dissonância entre a expectativa de venda e a venda efetiva, a primeira remessa de livros para o Maranhão, se vendida em sua totalidade, geraria 401\$400 réis (quase 50% de todo o valor efetivamente arrecadado por todas as capitanias!), mas a primeira (e única) prestação de contas que tive acesso, apresentou números bem menores: a arrecadação fora de 24\$880 réis, pouco mais de 6% do valor total dos livros recebidos.

A extinção do Arco do Cego dificulta o avanço das pesquisas sobre a destinação dos livros remetidos e não vendidos pela Casa do Correio de São Luís, bem como da receita gerada pelas vendas. Essas informações possibilitariam um acompanhamento das vendas e, quiçá, indicariam a gradativa incorporação dessa literatura entre os habitantes da capitania.

Nos registros da Real Mesa Censória dos anos seguintes, praticamente não localizei publicações da Oficina do Arco do Cego. Para o ano de 1802, por exemplo, consta que o religioso Marcos José de Mattos se deslocou para o Maranhão com 7 volumes de *O Fazendeiro do Brasil* (ANTT, RMC, cx. 159). No cômputo geral, as remessas de livros para o Maranhão que passaram pelo crivo da Real Mesa Censória nos anos seguintes mantiveram-se

³² Os livros contábeis registram a movimentação ainda referente ao Arco do Cego até o ano de 1803. Manuela Domingos (1999: 103), de posse desses registros, dá informações sobre a receita gerada pela venda de livros em quatro localidades do Brasil, sem fazer alusão ao Maranhão.

³³ A dívida do Arco do Cego, no momento de sua extinção, era de 9.774\$623 réis. Cf. Margarida Leme (1999: 87).

freqüentes, mas, evidentemente, sem os propósitos intentados por homens como Rodrigo Coutinho e o frei Veloso.

Curiosamente, o Maranhão viveu na década seguinte um grande *boom* da produção algodoeira, motivado pela abertura dos portos e pela crescente presença dos comerciantes britânicos na capitania. Em 1813, o já citado lavrador Raimundo Gaioso lamentava as dificuldades técnicas para o cultivo do algodão na capitania...

Referências

1) Documentos

Manuscritos

Arquivo Histórico Ultramarino – Projeto Resgate

Documentos 8.019, 8.023, 8.698, 8.799, 8.832, 8.803 e 8.850.

Arquivo Nacional da Torres do Tombo

Real Mesa Censória, caixa 159

Impressos

Arquivo Nacional – Rio de Janeiro

Estudantes da Universidade de Coimbra (1772-1872). Seção de Obras Raras.

Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

SILVA, José Telles da. Mappa das cidades, vilas, lugares e freguesias das capitâneas do Maranhão e Piauí com o numero em geral dos habitantes das ditas capitâneas e em particular de cada uma das referidas distancias em ficam da capital: vindo-se pelas notícias dos mortos e nascidos, no conhecimento do augmento da população, desde XIII de fevereiro de MDCCLXXXIII até 17 de dezembro de MDCCLXXXVII, que foi o tempo que as governou JOSÉ TELLES DA SILVA.

2) Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec, 2004.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Sousa Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 15-49.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v.278, jan - mar de 1968, p. 105-170.

DOMINGOS, Manuela D. Mecenas político e economia da edição nas oficinas do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego*

(1799-1801). Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 91-106.

GALVES, Marcelo Cheche. “*Ao público sincero e imparcial*”: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2010.

HARDEN, Alessandra Ramos de Oliveira. Brasileiro tradutor e / ou traidor: Frei José Mariano da Conceição Veloso. *Cadernos de Tradução*, v. n. 23, 2009, p. 1-18. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2009v1n23p131>

LEME, Margarida Ortigão Ramos Paes. Um breve itinerário editorial: Do Arco do Cego à Imprensa Régia. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de (org). *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801)*. Bicentenário “sem livros não há instrução”. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda: Biblioteca Nacional, 1999, p. 77-90.

LOBO, Sandra Ataíde. A Gazeta de Francisco Soares Franco: um redator em guerra. *Cadernos de Cultura*. Suplemento da Revista Cultura. *Gazetas: a informação política nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Centro de História da Cultura, 2002, p. 75-105, v.4.

LUNA, Fernando J. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2009, vol.16, n.1 [cited 2013-03-06], pp. 145-155 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702009000100009&lng=en&nrm=iso ISSN 0104-5970.

MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Política e Natureza no reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho. In: Maria Emília Prado (org). *O Estado como vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista*. Rio de Janeiro: Access, 1999, p. 81-110.

_____. O liberalismo num outro Ocidente. In: Lúcia Maria Paschoal Guimarães; Maria Emília Prado (orgs). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan, UERJ, 2001, p. 31-72.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

VERALDO, Ivana. O comércio de impressos na capitania de São Paulo (1797-1802): uma estratégia civilizadora e educativa. *Revista HISTEDBR* On-line, Campinas, n.18, p. 10-18, jun. 2005, p. 10-18.

VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: Usos do livro na América Portuguesa*. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

WEGNER, Robert. Livros do Arco do Cego no Brasil colonial. *Hist. cienc. saude-Manguinhos* [online]. 2004, vol.11, suppl.1 [cited 2013-03-06], pp. 131-140. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000400007&lng=en&nrm=iso